

Termo de Referência 143/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
143/2025	989403-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO	RONE CARLOS BERNARDO SOARES	07/04/2025 10:17 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		9.983/2025

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de material hospitalar III, para atender as necessidades dos departamentos da Secretaria Municipal de Saúde de Itaberaí, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	Código CATMAT	Unidade	Qtd.	Valor unitário	Valor total
01	Agulha descartável Hipodérmica 13x0,38 mm. Caixa com 100 unidades.	439813	CX	200	R\$: 6,40	R\$: 1.280,00
02	Agulha descartável Hipodérmica 25x0,6 mm. Caixa com 100 unidades.	439809	CX	200	R\$: 6,70	R\$: 1.340
03	Agulha descartável Hipodérmica 30x0,7 mm. Caixa com 100 unidades.	439808	CX	200	R\$: 6,50	R\$: 1.300,00
04	Agulha descartável Hipodérmica 30x0,8 mm. Caixa com 100 unidades.	439805	CX	200	R\$: 6,49	R\$: 1.298,00
05	Agulha descartável Hipodérmica 40x1,6 mm. Caixa com 100 unidades.	439800	CX	200	R\$: 7,30	R\$: 1.460,00
06	Agulha Peridural n. 18, descartável, com bisel tipo Tuohy.	390124	Unid.	100	R\$: 3,99	R\$: 399,00
07	Ambu em silicone com reservatório - adulto. Balão em silicone translúcido autoclavável, máscara facial em silicone,	456412	Unid.	37	R\$: 134,68	R\$: 4.983,16

	válvula unidirecional, reservatório não autoclavável, altura 38,5cm e largura 17cm.					
08	Ambu em silicone com reservatório - infantil. Balão Em silicone translúcido autoclavável (infantil 500ml), Máscara facial em silicone, Válvula unidirecional (bico de Pato), reservatório não autoclavável (infantil 1000ml). Altura: 27cm, largura 9cm.	456413	Unid.	22	R\$: 132,00	R\$: 2.904,00
09	Ambu em silicone com reservatório - neonatal. Balão em silicone translúcido autoclavável; máscara facial em silicone; válvula Unidirecional (bico de pato); Reservatório não autoclavável. Altura: 25cm. Largura: 7cm.	456414	Unid.	06	R\$: 134,20	R\$: 805,20
10	Aparelho medidor de pressão arterial (esfigmomanômetro) adolescente, com fecho de velcro, com estetoscópio, braçadeira circunferência de 16 a 20cm.	432706	Unid.	05	R\$: 67,00	R\$: 335,00
11	Aparelho medidor de pressão arterial (esfigmomanômetro) adulto com fecho em velcro e estetoscópio, braçadeira circunferência de 22 a 28cm.	436498	Unid.	406	R\$: 88,50	R\$: 35.931,00
12	Aparelho medidor de pressão arterial (esfigmomanômetro) infantil, com fecho de velcro, com estetoscópio, braçadeira circunferência de 13 a 16cm.	432474	Unid.	70	R\$: 84,00	R\$: 5.880,00
13	Aparelho medidor de pressão arterial (esfigmomanômetro) obeso, com fecho de velcro, com estetoscópio, braçadeira circunferência de 30 a 38cm.	435624	Unid.	70	R\$: 93,48	R\$: 6.543,60
14	Aparelho medidor de pressão arterial (esfigmomanômetro) recém-nascido, com fecho de velcro, com estetoscópio, braçadeira circunferência de 6 a 7,5cm.	434613	Unid.	45	R\$: 76,07	R\$: 3.423,15
15	Cânula de Guedel orofaríngea em PVC atóxico n. 4.	450966	Unid.	38	R\$: 2,60	R\$: 98,80
16	Cânula de Guedel orofaríngea em PVC atóxico n. 5.	450967	Unid.	38	R\$: 2,10	R\$: 79,80
17	Coletor de material perfurocortante 3 litros.	623107	Unid.	200	R\$: 3,09	R\$: 618,00

18	Coletor de material perfurocortante 7 litros.	623108	Unid.	200	R\$: 4,20	R\$: 840,00
19	Coletor de urina masculino papagaio de plástico com tampa.	334606	Unid.	71	R\$: 4,10	R\$: 291,10
20	Espadrapo fita transparente. Tamanho 10cm x 4,5m.	439001	Unid.	2.800	R\$: 6,50	R\$: 18.200,00
21	Garrote material faixa elástica 30cm.	445576	Unid.	356	R\$: 8,00	R\$: 2.848,00
22	Gel de limpeza a base de Biguanida (PHMB) 100ml. Concentração água purificada 0,1%. Frasco de 100ml.	471162	Unid.	420	R\$: 35,00	R\$: 14.700,00
23	Malha tubular ortopédica 10cmx15m.	460137	Unid.	15	R\$: 9,55	R\$: 143,25
24	Malha tubular ortopédica 15cmx15m	460139	Unid.	15	R\$: 12,69	R\$: 190,35
25	Máscara de oxigênio adulto: conector 6mm, livre de látex, máscara em cloreto de Polivinila, conector pp, dimensão adulto: 14 x 8,5 x 7,5cm.	454574	Unid.	500	R\$: 11,40	R\$: 5.700,00
26	Máscara laríngea n. 1.	451471	Unid.	50	R\$: 16,88	R\$: 844,00
27	Máscara laríngea n. 1,5.	451478	Unid.	50	R\$: 17,50	R\$: 875,00
28	Máscara laríngea n. 2,5.	451470	Unid.	50	R\$: 16,88	R\$: 844,00
29	Máscara laríngea n. 5.	451477	Unid.	50	R\$: 16,00	R\$: 800,00
30	Papel grau cirúrgico, embalagem tubular medindo 15cm. Rolo 100m.	443438	Unid.	420	R\$: 74,29	R\$: 31.201,80
31	Seringa descartável de 03 ml, sem agulha.	439625	Unid.	41.000	R\$: 0,19	R\$: 7.790,00
32	Seringa para insulina com agulha acoplada – seringa capacidade para 1ml, estéril com protetores na agulha e no êmbolo capacidade de 100 unidades de insulina, cilindro transparente com graduação nítida e permanente de 2 em 2 unidades, números e traços legíveis, agulha fina e totalmente siliconizada com 8mm de comprimento e 0,30mm de calibre (30g) fixa na seringa.	478828	Unid.	41.000	R\$: 0,24	R\$: 9.840,00

33	Solução antisséptica (Polihexanida) frasco 350ml. Composição: associada à undecilaminopropil betaína, 98,9% água purificada e 0,1% de derivado de betaína.	390804	Unid.	300	R\$: 56,92	R\$: 17.076,00
34	Sonda de aspiração traqueal n. 14.	454402	Unid.	50	R\$: 0,63	R\$: 31,50
35	Tala - usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Confeccionada em tela aramada, maleável revestida em EVA. Tamanho: G: (86,5 x 10 cm). Verde.	452240	Unid.	80	R\$: 23,40	R\$: 1.872,00
36	Tala - usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Confeccionada em tela aramada, maleável revestida em EVA. Tamanho GG: (1,02x11cm). Amarela	452241	Unid.	80	R\$: 24,00	R\$: 1.920,00
37	Tala - usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Confeccionada em tela aramada, maleável revestida em EVA. Tamanho: M (63 X 9 cm). Laranja.	452239	Unid.	30	R\$: 14,10	R\$: 423,00
38	Tala - usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Confeccionada em tela aramada, maleável revestida em EVA. Tamanho: P: (53 x 8 cm). Azul.	452238	Unid.	30	R\$: 15,90	R\$: 477,00
39	Tala - usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Confeccionada em tela aramada, maleável revestida em EVA. Tamanho: PP: (30 x 8 cm). Roxa.	452237	Unid.	60	R\$: 11,10	R\$: 666,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme **Decreto Municipal nº 145, de 31 de janeiro de 2023**;

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133, de 2021;

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua poderá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. Considerando que os materiais de consumo hospitalar acima listado estão compostos na Ata de Registro de Preços, referente ao pregão n. 169/2023 e 170/2023 e em virtude do fracasso dos itens 26,45,46,54 e 63, no processo licitatório instaurado na modalidade pregão eletrônico n. 10/2025;

2.2. Em relação ao quantitativo de material de consumo para abastecer os departamentos da Saúde, estes estão devidamente justificados através de memorandos e juntados no Estudo Técnico Preliminar n. 141/2025, apêndice deste Termo de Referência;

2.3. O objeto da contratação NÃO está previsto no Plano de Contratações Anual, PCA inexistente.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência;

3.2. A descrição dos medicamentos, a serem adquiridos, estão descritos na tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência;

3.3. Os medicamentos deverão ser entregues por empresa especializada, com registro ou inscrição na Anvisa e legalmente estabelecida e também a empresa deverá apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), com registro na Anvisa;

3.4. Além disso, as empresas deverão apresentar juntamente com a proposta, o catálogo técnico para que haja a análise preliminar do item;

3.5. Por fim, a aquisição ocorrerá por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, da forma da lei n. 14.133, de 2021.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nos Estudos Técnicos Preliminares, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos: (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2 Na presente contratação não serão indicadas marcas, características ou modelos.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

4.3 Não serão vedados(as) produtos/marcas.

Da exigência de amostra:

4.4. Não haverá exigência de amostra, contudo, havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo dos itens licitados, quando convocado pelo agente condutor da sessão

Da exigência de carta de solidariedade:

4.5. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Das especificações técnicas

4.8. A empresa deverá apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), conforme **Resolução RDC n. 17, de 28 de março de 2013**;

4.8.1. A empresa deverá também apresentar Alvará da Vigilância Sanitária, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, nos termos da legislação vigente;

Da embalagem/Rotulagem

4.9. Os materiais não devem ser recebidos, se as embalagens apresentaram sinais de violação, aderência ao produto, umidade, ou inadequação em relação ao conteúdo, e não estiverem devidamente identificadas. Devem estar de acordo com o que estabelece a legislação vigente;

4.9.1 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.);

4.9.2. As embalagens devem ser acompanhadas dos respectivos manuais ou texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078 /90);

Do transporte

4.10. O acondicionamento e transporte dos materiais devem ser feitos dentro do preconizado para estes produtos e devidamente protegidos do pó e variações de temperatura;

4.10.1. O transporte deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos. Consultar legislação: RDC n. 329/MS/ANVSA, de 22 de julho de 1999 (Boas Práticas de Armazenagem e Transporte);

Da validade

4.11. Os materiais devem constar apresentar validade mínima de 12 (doze) meses;

4.11.1. Os materiais não serão aceitos, se comprovada a pré-existência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade, temperatura, prazo de validade reduzido, ou que comprometam a integridade do medicamento.

Das Condições Gerais de Participação

Trata-se a presente licitação de ampla concorrência.

É cediço que os artigos 47 e 48 da Lei Complementar n. 123/06, dispõem em relação à participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte, no processo licitatório;

Todavia, conforme o artigo 49 da mesma legislação, prevê-se a inaplicabilidade do tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, quando ficar demonstrado que a contratação, por esse meio não for mais vantajosa para a Administração Pública;

Neste contexto, dada as características dos produtos, a licitação exclusiva para micro e pequenos empreendedores afasta a possibilidade de participação das fábricas (que, em geral, são grandes empresas), inclusive internacionais, o que restringe a competitividade, bem como, a qualidade;

Ao permitir a ampla participação no processo licitatório por parte das empresas, permite-se que até mesmo as grandes fabricantes possam participar e competir entre si, o que é mais que vantajoso à Administração Pública, pois com isso, e em razão da especificidade do produto a ser adquirido, os preços praticados são, sem dúvida, menores do que os ofertados pelas microempresas e empresas de pequeno porte;

Por fim, na aquisição, deve ser observado o princípio da economicidade, a fim de garantir que a contratação mais vantajosa à Administração Pública, devendo, portanto, o processo licitatório ter participação ampla às empresas que se interessarem pelo feito não limitando a participação de determinada classe de licitantes.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de entrega:

5.1. O prazo de entrega será de **10 (dez) dias úteis**, contados da emissão da ordem de fornecimento, emitida pelo Departamento de compras da contratada, em remessa parcial;

5.2. Os medicamentos serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência;

5.3. Os medicamentos deverão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.4. Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.6. Os medicamentos deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itaberaí. No endereço: Praça Balduino da Silva Caldas, s/n. Centro. Cidade de Itaberaí. CEP: 76.630-000. Responsável pelo recebimento: Diogo Vilas Boas Neto de Assis;

5.6.1. As entregas deverão ser realizadas em dias úteis no período das 8h às 11h e das 13h às 17h.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

Fiscalização:

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica:

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa:

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato:

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.16. Além do disposto acima, a fiscalização será realizada pela Farmacêutica Amanda Rodrigues Simões, matrícula n. 15.563, responsável pelo Hospital Municipal e pela servidora Janaine de Sousa Abel, matrícula n. 21.770, responsável pelas demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento:

7. Os preços inicialmente contratados serão reajustáveis anualmente, levando em consideração a data base da proposta do contratado, conforme índice INPC;

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação:

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.11.1.o prazo de validade;

7.11.2. a data da emissão;

7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.11.5. o valor a pagar; e

7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento:

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste:

7.26. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de **um ano** contado da data do orçamento estimado.

7.27. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

7.28. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.29. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.30. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.31. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.32. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.33. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Garantia da Proposta:

8.2. Não haverá exigência da garantia da proposta nos moldes do art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.1. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

8.2.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

Exigências de habilitação:

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que devem devidamente constar no **SICAF**;

Nível I – Credenciamento:

8.4. Credenciamento no SICAF, que deve haver sido realizado em até 3 (três) dias anteriormente à data da abertura da sessão.

Nível II - Habilitação jurídica:

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal:

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e/ou Municipal:

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício ou concorre;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício concorre;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda **Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Nível V - Qualificação Técnica:

8.20. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.20.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.20.2. A empresa deverá apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme Resolução RDC n. 17, de 28 de março de 2013;

8.20.4. A empresa deverá apresentar Alvará da Vigilância Sanitária, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, nos termos da legislação vigente.

Qualificação Técnico-Operacional (empresa)

8.21. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou **atestados** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

9.22. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante;

9.23. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.24. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira:

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, com data de emissão não superior à 90 (noventa) dias;

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação:

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 186.251,71

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$: 186.251,71 (cento e oitenta e seis mil duzentos e cinquenta e um reais e setenta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.1, apurados através de:

I - composição de custos unitários nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços e Banco de Preços em Saúde;

III - Mídias especializadas. Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão - 8 Fundo Municipal de Saúde de Itaberaí	
Atenção Primária (Programa Saúde da Família - PSF)	
Ficha	0 - Gestão da Atenção Primária - material de consumo.
Dotação	10.301.1110.2.118.3.3.90.30
Subelemento	36 - material hospitalar
Fonte de recursos	107
Conta	624.054-2
Hospital Municipal	
Ficha	0645 - Manutenção do Hospital Municipal - material de consumo.
Dotação	10.302.1110.2.122.3.3.90.30
Subelemento	9 - material farmacológico
Fonte de recursos	102

Conta	10.495-7
Unidade SAMU	
Ficha	0662 - Manutenção das Atividades do SAMU - material de consumo.
Dotação	10.302.1110.2.123.3.3.90.30
Subelemento	9 - material farmacológico
Fonte de recursos	131
Conta	71.225-6

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS RODRIGUES GALVAO JUNIOR

Gestor do Fundo Municipal de Saúde



Assinou eletronicamente em 07/04/2025 às 10:13:21.

RONE CARLOS BERNARDO SOARES

Supervisor Administrativo



Assinou eletronicamente em 07/04/2025 às 10:17:50.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DE ITABERAÍ

PREGÃO ELETRONICO Nº 10/2025

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES

AVISO DE RESULTADO

A EQUIPE DE APOIO DE LICITAÇÕES do Município de Itaberaí, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, vem através deste, **COMUNICAR** e **CERTIFICAR** para os fins que se fizerem necessários, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe e, havendo o mesmo sido instaurado sob a forma **eletrônica** e em homenagem ao **princípio do desenvolvimento nacional sustentável** previsto no Art. 5º da Lei 14.133/21, todos os autos referentes a fase externa não serão impresos, se encontrando os mesmos devidamente publicados de forma vitalícia nos seguintes endereços eletrônicos:

Portal da Transparência do Município:

https://acessoainformacao.itaberaí.go.gov.br/informacao/licitacao_cnt/id=5350

Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP:

<https://pncp.gov.br/app/editais/02451938000153/2025/45>

Sagrou-se(ram-se) vencedora(s) a(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA: CYNTCOM SAUDE HOSPITALAR LTDA **CNPJ:** 20.379.827/0001-65
EMPRESA: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA **CNPJ:** 06.065.614/0001-38
EMPRESA: CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA **CNPJ:** 16.917.181/0001-55
EMPRESA: POUSO FARMA HOSPITALAR LTDA **CNPJ:** 18.519.219/0001-67
EMPRESA: PREMIUM HOSPITALAR LTDA **CNPJ:** 27.325.768/0001-91
EMPRESA: 51.339.854 GALDENCIO PONTES DA SILVA JUNIOR **CNPJ:** 51.339.854/0001-38
EMPRESA: BF DE ANDRADE HOSPITALAR LTDA **CNPJ:** 36.979.350/0001-99
EMPRESA: C.A. HOSPITALAR LTDA **CNPJ:** 26.457.348/0001-04
EMPRESA: DAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAS MEDICOS LTDA **CNPJ:** 48.346.978/0001-36
EMPRESA: MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA **CNPJ:** 04.724.729/0001-61
EMPRESA: OPEN FARMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA **CNPJ:** 27.130.979/0001-79
EMPRESA: M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA **CNPJ:** 28.387.424/0001-70
EMPRESA: TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA **CNPJ:** 40.064.261/0001-90
EMPRESA: MED COMPANY - INDUSTRIA TEXTIL LTDA **CNPJ:** 27.468.000/0001-77
EMPRESA: COMERCIAL TARGET HOSPITALAR COMERCIO E IMPORTACAO LTDA **CNPJ:** 19.367.167/0001-13
EMPRESA: CIRURGICA BIOMEDICA LTDA **CNPJ:** 11.215.901/0001-17
EMPRESA: DE PAULI COMERCIO REPRESENTACAO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA **CNPJ:** 03.951.140/0001-33

Itens fracassados

Item	Produto	Situação
26	Esparadrão fita transparente tamanho 10cm x 4,5 m	Fracassado
45	Malha tubular ortopédica 0,5cm Rolo de 15 metros	Fracassado
46	Máscara de oxigênio adulto.	Fracassado
54	Papel grau cirúrgico, embalagem tubular medindo 15cm	Fracassado
63	Sonda de aspiração traqueal n. 14	Fracassado



Siga o presente procedimento à Assessoria Jurídica do Departamento de Licitações para análise e emissão do Parecer Final, após, ao **Gestor da Secretaria Municipal de Saúde** para procedimento de Homologação, e por seguinte, ao Gestor de Contratações para emissão do instrumento contratual.

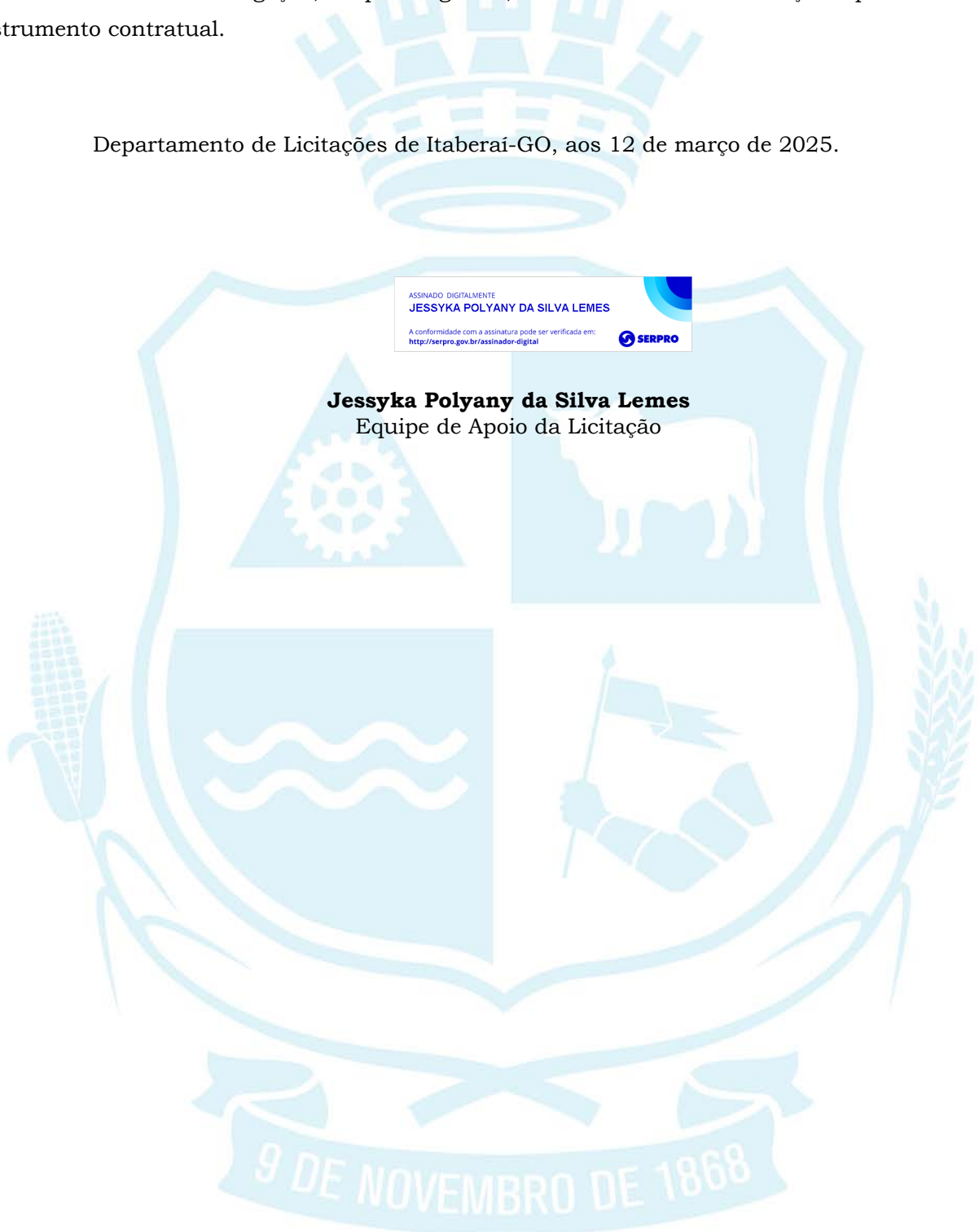
Departamento de Licitações de Itaberaí-GO, aos 12 de março de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE
JESSYKA POLYANY DA SILVA LEMES

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Jessyka Polyany da Silva Lemes
Equipe de Apoio da Licitação



Departamento de

LICITAÇÕES
Itaberaí-GO